

## **18 ANOS DE REGIME MILITAR**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 30.03.1982

O regime militar implantado no Brasil em 1964 está completando 18 anos. Neste período ele passou por uma primeira fase autoritário reformista (1964-1968), por uma segunda fase ditatorial repressiva (1969-1973), por uma terceira fase autoritário-distensiva (1974-1978), interrompida e ao mesmo tempo apressada pelo pacote de abril de 1977, e finalmente pela atual fase semi-autoritária e agônica.

Se quisermos fazer uma avaliação desse regime militar deveremos admitir (1) que seu objetivo fundamental consolidar o capitalismo monopolista no Brasil através da implementação do projeto tecnoburocrático desenvolvimentista, formulado nos anos 50 principalmente na Escola Superior de Guerra foi alcançado; (2) que de seus objetivos formais controlar a subversão, eliminar a corrupção e resolver a crise econômica só o primeiro foi atingido, já que em relação aos demais houve uma recaída nos últimos anos para níveis de corrupção e de desestruturação econômica mais graves do que os vigentes até 1964.

No final destes 18 anos e não obstante a crise econômica recente, o Brasil tornou-se um país mais rico, mais poderoso, definitivamente integrado no sistema capitalista-monopolista-tecnoburocrático dos países centrais. Em outras palavras, a grande burguesia monopolista e a média burguesia competitiva acumularam capital e se consolidaram como classe dominante, enquanto a classe média tecnoburocrática estatal civil e militar, se mantinha como elite dirigente a serviço da burguesia.

Mas esse processo de consolidação do capitalismo monopolista tecnoburocrático no Brasil foi alcançado às custas da marginalização política e econômica dos trabalhadores e da marginalização apenas política das classe média tecnoburocrática e da média burguesia.

Ora, esta marginalização, expressa na concentração da renda e no autoritarismo político, tornava o regime militar, que era aparentemente sólido, na verdade frágil. Sua grande

força vinha menos do poder das armas e mais do projeto tecnoburocrático de Brasil potência. Quando este projeto perdeu vigor com a crise econômica mundial, a legitimidade política do regime entrou em crise.

Hoje, sem qualquer projeto e praticamente sem nenhuma legitimidade na sociedade civil burguesa, o regime só se sustenta à base, de um lado, da força de inércia das instituições, e de outro da capacidade de corrupção eleitoral dos detentores civis do poder. Os militares ainda se mantêm na liderança formal do processo, mas na verdade foram eles próprios marginalizados quando seu projeto teve de ser abandonado e a sustentação do poder passou a depender não apenas da abertura política, mas principalmente da corrupção e do suborno.

Estamos agora em plena fase agônica do regime militar. Ele perde sentido inclusive para os próprios militares na medida em que deixa de ser por eles efetivamente controlado. A redemocratização torna-se, então, a única e urgente saída para a crise institucional, e as eleições de 1982 a perspectiva de solução pacífica para essa crise.(30/03)